

## **ENTRE A CRUZ E A JUREMA: A RESISTÊNCIA INDÍGENA À EVANGELIZAÇÃO CATÓLICA NO LITORAL DA PARAÍBA.**

**Luiz Francisco da Silva Junior – FIP**

Historiador, pós-graduando em História da Paraíba

lfsj-pb@hotmail.com

### **Resumo**

Pensando sobre os embates entre a catequização dos índios no litoral da Paraíba, este artigo mostra como os índios procuravam se adaptar a nova realidade, fazendo deslocamentos da cultura que lhes era ensinada pelos padres nos aldeamentos missionários, ressignificando a cultura cristã que passa a conviver com um sincretismo, onde aspectos da religião indígena se entrecruzam com aspectos da cultura cristã. Na Paraíba, os missionários encarregados pela catequização dos índios nos aldeamentos missionários também enfrentaram os problemas da resistência ao culto do Deus cristão, os nativos eram batizados, freqüentavam as missas, mas sem abandonarem suas práticas religiosas. Percebemos isto de forma clara em Alhandra, cidade situada no litoral sul da Paraíba, que surgiu de um aldeamento missionário, dos índios Tabajaras. A princípio, a ação dos franciscanos, responsáveis pela catequização dos índios de Alhandra, parece ter sido muito bem sucedida, pois os nativos parecem ter desaparecido e se confundiram na massa dos demais moradores do lugar. Porém, Alhandra foi marcada em sua história pela prática do catimbó e pelo culto da jurema (da qual se fazia uma bebida que era consumida durante os rituais). Sabendo-se que o culto da jurema é de origem indígena, apontamos esse traço da religião indígena como uma resistência e permanência da cultura indígena no litoral da Paraíba. Nos locais de cultos da jurema em Alhandra é forte também a presença de elementos do cristianismo, como a cruz, percebemos então a coexistência dos dois aspectos religiosos em um mesmo espaço, seria a estratégia encontrada para a sobrevivência, ainda que de um aspecto da religião dos nativos. Assim, entre a cruz e a jurema deu-se a resistência da cultura indígena em Alhandra. A pesquisa para a construção desse artigo deu-se a partir da análise bibliográfica e documental, dentro das prerrogativas de uma história local, enfatizando os aspectos culturais, procurando fazer as relações entre história local e nacional, no tocante aos índios. Alhandra, que ficou conhecida como a “cidade jurema” pela grande presença de famosos mestres da jurema, prova a importância da jurema para essa região. A ação dos catequizadores não destruiu totalmente a cultura dos nativos no litoral da Paraíba, mas esta sobreviveu ao fazer re-elaborações de suas práticas religiosas e das práticas cristãs que lhes eram ensinadas pelos missionários.

**Palavras-chave:** jurema, índios, cruz, resistência

Na historiografia paraibana, os índios sempre foram tratados com pouco afinco, principalmente durante o período do Império e da República, onde os índios perdem espaço como tema de interesse dos historiadores paraibanos. O nosso artigo vem preencher um pouco desta lacuna, ao discutir como os índios do litoral da Paraíba, especificamente de Alhandra, sobreviveram, não fisicamente, mas culturalmente através do culto da jurema, o qual passou por um processo de ressignificação ao adquirir aspectos do catolicismo e também dos cultos afros. Os habitantes de

Alhandra viveram durante muito tempo entre a prática do catimbó e do cristianismo, sendo o catimbó um traço da religião indígena. Enquanto praticada pelos índios, havia a centralidade do ritual da jurema que era ingerida em forma de bebida. Mesmo com a ação dos padres missionários que se ocupavam da catequização dos índios, a prática do catimbó e do ritual da jurema não desapareceram em Alhandra, mas ganharam novos contornos, pois a centralidade da jurema passou a dividir espaço com a cruz (símbolo cristão). A resistência indígena no litoral sul da Paraíba deu-se, portanto, através da permanência de um forte traço cultural e religioso dos nativos, e o cristianismo não substituiu tais práticas, mas passou a conviver dentro de um mesmo espaço ritualístico, que não é propriamente o espaço cristão. Nesse sentido faremos uma análise de como os índios fizeram uso daquilo que lhes era ensinado pelos padres, uso esse que não seguiu a norma católica, mas o próprio interesse e regras dos nativos, metamorfoseando inúmeras vezes e das mais variadas formas a cultura cristã. Conforme explica Certeau;

Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. (2004, p. 39)

Para esse autor, os indígenas não rejeitavam o que lhes era imposto, como a religião que era uma imposição dos padres nos aldeamentos missionários. Apesar de não rejeitarem a cultura dos “dominadores”, o sucesso da colonização europeia não foi tão grande, a resistência dos nativos deu-se através do uso que esses indígenas fizeram da ordem estabelecida pelos que exerciam o poder (colonizadores). É dentro desta perspectiva que tomaremos a permanência por tanto tempo, além dos limites do período colonial, do culto da jurema em Alhandra.

Na Paraíba, a população estimada, no século XVI, era de 100 mil índios (MELO, 1999). No litoral viviam os índios pertencentes à Tribo dos Tupis, os quais se dividiam em dois grandes grupos, os Tabajaras e os Potiguaras. O litoral sul da Paraíba era habitado pelos povos Tabajaras, a exemplo de Jacoca (atual cidade de Conde), e a dos Arataguis (atual cidade de Alhandra). Alhandra era um aldeamento missionário que teve como principais catequizadores os padres franciscanos, os quais

construíram uma igreja, com a invocação de Nossa Senhora da Assunção, uma das primeiras a ser fundada, na Paraíba, em 1740. Esta tinha uma firme construção, num estilo barroco rural, e, embora já tenha sofrido muitas alterações, conserva até hoje muito de sua arquitetura original. Edificaram também um convento, junto à igreja, demonstrando a importância do aldeamento de Alhandra e a forte presença desses missionários para o maior controle dos índios, a existência do convento significava que eles não só visitavam a missão, mas ali moravam, ou ao menos passavam parte do ano.

Nas missões, os missionários se vestiam dos ideários cristãos e levavam os índios à prática dos “bons costumes”, ensinando a educação moral e religiosa. O índio era visto como aquele a ser salvo, pois os consideravam como os “pobrezinhos” que não conheciam a verdade, era dever dos padres mostrar-lhes o caminho do céu. A mentalidade européia e cristã da época não entendia e nem aceitava o diferente. Nesse sentido, a cultura indígena era vista como algo que precisava ser superado, o certo era o caminho da cristandade, tendo em vista que se trata do cristianismo católico. E os franciscanos tiveram uma importância grande no processo da colonização dos índios da Paraíba.

[...] após a expulsão dos jesuítas cresceu muito na capitania a devoção e o número dos cristãos impulsionados pela grande confiança que tinham os padres franciscanos sobre os quais recaía o peso de muitos serviços nas aldeias, tanto que passaram a ser considerados como os melhores auxiliares na conversão moral e religiosa entre os índios e moradores (SEIXAS, 1979. p. 47).

Percebe-se, assim, que Seixas (1979) considera que os franciscanos eram melhores na catequização indígena que os jesuítas, uma vez que os nativos adoravam os padres franciscanos e os acompanhavam por onde eles fossem. Até parece que, dessa forma, não haviam conflitos e nem resistências por parte dos índios, contrariando o que verdadeiramente já sabemos, que havia tensões entre eles. Quanto à expulsão dos jesuítas, a desavença com os franciscanos parece constituir mais uma desculpa, já que por trás desse conflito estava o interesse dos colonos por utilizarem a mão-de-obra indígena, escravizando-os.

Com o estabelecimento da igreja e do convento, certamente construídos pelos próprios índios, gradativamente os nativos foram sendo deslocados de sua própria cultura, de sua própria visão de mundo, foram deixando seus deuses e seguindo o Deus cristão (católico). Para compreender melhor este fato, Melo (1999, p. 201)

afirma: “Na Paraíba, as tabas foram sendo esvaziadas, virando aldeias missionárias, manipulados por poucos religiosos[...] A política colonialista era de misturar os índios de tribos e nações diferentes[...]”. O citado autor, além de reforçar o que já vínhamos discutindo, que na Paraíba as aldeias passaram a ser de responsabilidade dos religiosos, ele nos traz uma nova informação, que de acordo com a política colonialista era comum que diferentes aldeias e nações indígenas fossem misturadas em um só lugar. O que seus estudos querem enfatizar é que sempre que uma nova aldeia era conquistada pelos brancos ela era levada para outro lugar onde já havia uma missão, e conseqüentemente já haveria também índios “amansados”.

A aldeia missionária de Alhandra, sempre recebia novos índios, trazidos de outras partes da Paraíba, principalmente do interior (sertão). Isso pode explicar o fato de que, em 1804, Alhandra tinha cerca de 766 índios e um ano depois, em 1805, a sua população indígena tenha passado para 1.372 almas (MEDEIROS, 1999). Ainda, segundo Medeiros (1999), essa atitude dos colonizadores, de juntar as aldeias, era intencional, uma vez que era imprescindível concentrar a mão-de-obra indígena onde mais se fazia necessário: no litoral canavieiro. Isso demonstra o quanto o sertão paraibano foi por muito tempo relegado à falta de interesse dos colonizadores, de modo que, até mesmo os índios eram trazidos para o litoral.

Na Paraíba, era comum a utilização do índio como mão-de-obra, tanto na construção de obras públicas como nas lavouras e nos engenhos, de modo que o índio tornou-se muito cobiçado e a aldeia de Alhandra era, então, um espaço propício para se conseguir mão-de-obra farta e barata. Com isso, o índio foi gradualmente deixando sua vida própria e vivendo de acordo com os mandos e desmandos das autoridades coloniais.

As aldeias missionárias foram de extrema importância para os colonizadores europeus, pois tiravam os índios de seu território e levavam para um lugar estratégico, criado pelos colonizadores, as chamadas missões. Os índios do sertão da Paraíba eram assim trazidos para o litoral e misturados com índios dessa outra localidade, os quais passavam a ficar sujeitos à autoridade religiosa, que nada mais era que um representante da cultura européia. Assim, os índios de Alhandra eram, em boa parte, vindos do sertão da província paraibana, e aos poucos eram misturados à população não-índia.

A estratégia dos colonos era de isolar e controlar os índios, claro que isso não se dava de forma tão pacífica, mas a ação dos religiosos foi de extrema importância para ‘pacificar’ os índios. Outro fato que logo comprova a importância da missão indígena

de Alhandra é a construção da capela, uma vez que foi através dela que Alhandra foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, em 1749, sendo a segunda freguesia a ser criada no estado. A primeira era a da capital, Freguesia de Nossa Senhora das Neves, estando a freguesia de Alhandra ligada à diocese de Olinda. E foi nove anos depois da criação da freguesia que, em 1758, o reduto indígena foi tornado vila: “[...] Em virtude da Carta Régia de 14 de Setembro e Alvará desta data, é elevada a categoria de villa a aldeia de Arataguy, com o nome de Alhandra” (PINTO, 1977, p. 158).

Fundada a vila de Alhandra, a população indígena é forçada a viver como os brancos, passando a morar em casas individuais e não mais em tabas comunitárias, deviam em tudo participar do cotidiano da vila, tendo a maioria de seus costumes adaptados em prol dos valores trazidos pelos europeus. Como relata o presidente da Província:

[...] Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis (...) e já estão todos degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam; estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas vilas de Alhandra, conde e antiga vila da Baía da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância... (MELO, 1999, p. 211)

O relatório do Presidente da Paraíba fala do período por volta de 1845, demarcando já o período do Império, no qual percebemos que Alhandra aparece como sendo um dos poucos lugares onde ainda existe a presença indígena na Paraíba, portanto os nativos estavam totalmente subjugados às leis civis, e já eram minorias no meio dos brancos. Este contexto nos dá a entender que o índio parece já ter perdido suas referências, pois nem mesmo a língua de sua tribo ele falava mais.

De acordo com Melo, em seu artigo intitulado “Índios do Nordeste: Temas e Problemas”, podemos perceber a descrição de algumas leis que foram criadas referentes aos índios, algumas delas dizem respeito à distribuição limitada de terras aos nativos, a exemplo da lei de 1700, que estabelecia a: “doação de uma légua de terra em quadro para cada aldeia, bem como casas para os padres e igreja” (MELO, 1999, p. 214). Em outra do ano de 1703, temos: “Carta Régia de 22/05 – dava aos índios terras necessárias para sua vivenda e ferramenta para cultivarem a terra” (MELO, 1999, p. 214). Um outro registro desse mesmo autor, ao citar Arruda Câmara, diz que os índios de Alhandra vendiam na feira de Goiana almécega (resina de aroeira e outras plantas), isso por volta de 1809. Consta ainda que após a publicação da Lei

de Terras, que é de 1850, o patrimônio dos índios de Alhandra eram pequenas ilhas, envoltas de propriedades privadas, o que implica dizer que os mesmos perderam suas terras para os ditos civilizados, cumprindo a estratégia dos colonizadores que era justamente tomar, aos poucos, posse de todas as terras sem tanta preocupação com os nativos, submetendo-os a se engajarem, livremente ou obrigados, na sociedade colonial, muitas vezes como pequenos proprietários de terras, camponeses.

Através desses relatos, podemos concluir que os índios de Alhandra foram perdendo suas referências, e ao se engajarem na vida cotidiana da vila foram deixando o que era mais habitual em sua cultura e misturando-se à cultura européia. Porém, estas ações não aconteceram de forma tão simples, tendo em vista que nessa região da Paraíba, apesar de todas as tentativas de acabar com a cultura dos índios e até mesmo com os próprios nativos, tirando suas vidas, seja através de guerras, doenças e tantas outras formas, também os destituíram daquilo que os colocava na condição de índios, sua própria identidade, sua cultura (tanto no período colonial, como no Império). O objetivo era de tomar posse das terras desses índios, e tornar camponeses os que sobreviviam, donos de pequenas porções de terras, envoltas de enormes latifúndios. Os índios, contudo, não se curvaram à cultura européia em sua totalidade, mantiveram de forma intensa em Alhandra traços de sua cultura, e isso é evidentemente uma forma de resistência.

Os índios possuíam inumeráveis manifestações culturais. Diferentemente dos europeus, os nativos eram politeístas (acreditavam em vários deuses), algo que era inaceitável para a mentalidade cristã católica. Não aceitando as manifestações dos nativos, os colonizadores portugueses impuseram sobre os índios a religião cristã. Talvez tenha sido esse um dos maiores conflitos entre o mundo europeu e o mundo indígena. Os nativos não abandonaram suas crenças tão facilmente, mas os colonizadores não desistiam de tirar-lhes o direito de crer livremente. Afinal, para a mentalidade católica da época, só haveria salvação se os mesmos se tornassem católicos, se abandonassem seus hábitos 'selvagens' e aderissem aos bons costumes dos 'civilizados', e nisso estava incluído prioritariamente a religião. Dessa forma, os colonizadores se vestiram do arquétipo do salvacionismo, ou seja, eles tinham a missão divina de salvar essas pobres almas perdidas. Só o cristianismo poderia tirar os selvagens de sua situação 'animalesca' e dar-lhes uma nova condição; tornar-se cristão era, então, passar do estado de selvageria em que os índios se encontravam e ganhar a humanidade, isso partindo do pensamento europeu quinhentista.

As missões nas aldeias indígenas tinham essa forte, se não principal preocupação em levar os índios a crer no Cristo, a aceitar o evangelho. Os índios, inicialmente aceitaram com certo entusiasmo, porém logo;

[...] se desinteressavam do culto de modo que era preciso levá-los à força. Preferiam ficar nas suas roças e lavouras fora da aldeia onde permanecendo, parece que ficavam desobrigados de freqüentarem a igreja que então só os atraía na época do São João por causa das fogueiras, ou pela quaresma, atraídos pelo ritual da flagelação no qual viam mais uma prova de coragem do que um ato de penitência daqueles que se submetiam a ela (MEDEIROS, 1999, p. 33).

Assim, vemos o quão difícil foi a vida dos missionários para levarem o credo católico aos nativos. Além do mais, a relação que o índio manteve com os rituais católicos, vai ser bem diferente daquele proposto pelos padres. Muitas vezes, era só com o uso da força que os índios iam participar das missas.

Michel de Certeau (2004), em "*A Invenção do Cotidiano*", enfatiza que no dia-a-dia, de forma muitas vezes sutil, quase silenciosa, as pessoas tidas como comuns burlam ou modificam o que foi produzido pelos aparelhos do poder, o fraco tira proveito daquilo que não é propriamente pertencente a ele, agindo dentro do que lhe é estranho e assim criando um espaço dentro de um espaço que a princípio não é dele, mas sim daquele que tem o poder, e assim se dá a vitória do fraco sobre o forte. É assim que percebemos a ação dos nativos de Alhandra que deram golpes na religião dos colonizadores, pois, sutilmente, no seu cotidiano, seguiram a religião cristã, porém sem abandonar seus próprios rituais. Este é o caso do uso da jurema, representando a vitória dos nativos, que fizeram um novo uso da religião que era imposta por aqueles estranhos.

Essas táticas usadas pelos índios de Alhandra para burlarem a ordem estabelecida podem ser percebidas de forma clara nas dificuldades que os missionários encontraram em levar os índios a crer no seu Deus (o deus cristão). Embora os povos Tabajaras parecessem que eram bem mais receptivos à cultura européia do que os Potiguaras, contudo, mesmo os Tabajaras sendo um tanto mais afetuosos aos padres, ainda assim esses não deixaram sua cultura de forma tão pacífica, e, muitas vezes, mesmo se tornando cristãos batizados, ainda mantinham muitos de seus rituais. No dizer de Salles,

[...] os índios estavam longe de absorver de forma passiva as idéias e crenças do cristianismo europeu. Ao contrário das narrativas da história oficial, durante a colonização os invasores tiveram que enfrentar forte resistência desses povos. A Jurema e a Santidade,

portanto, seriam exemplos desta resistência ao colonialismo português. (2004, p. 103)

Em Alhandra, isso foi bastante forte, porque mesmo a religião católica se estabelecendo e ganhando aceitação entre os índios, esses ainda mantiveram seus rituais através de um forte sincretismo religioso.

Quase um século após ter se tornado vila, a antiga aldeia Aratagui continuava sendo habitada basicamente por índios. Como demonstra a carta do Vigário de Alhandra, Braz de Melo Moniz, de 14 de setembro de 1826, o qual cumpria ordem do imperador para que fossem fornecidas informações que ajudassem na elaboração do “plano geral da civilização dos índios”. Para tanto, o imperador precisava de dados sobre a índole, costumes e inclinações destes, e sobre os motivos pelos quais os esforços para “civilizá-los”, com “avultadas despesas da Fazenda Pública”, não teriam dado resultados. (*Apud*, SALLES, 2004, p. 104 – 105)

Em pleno período do Império, vemos ainda a grande preocupação com a educação dos índios, voltada ao sentido do controle, de torná-los “civilizados” aos moldes europeus. Neste cenário, aparece Alhandra, uma pequena e pobre Vila do litoral da Paraíba, que segundo o relato do vigário Braz de Melo Moniz, comprova que os índios não tinham até então abandonado suas práticas religiosas, apesar dos custosos gastos com a catequização dos índios, uma vez que a mesma não surtira o efeito desejado pelos que estabeleciam a ordem, pois o ritual da jurema continuava forte em toda a região.

O misticismo religioso que perdurou por muito tempo em Alhandra é uma clara herança indígena. Esse sincretismo é tão forte que a cidade chegou a ser conhecida como a ‘Cidade Jurema’, posto que nos locais dos rituais de catimbó era constante a presença da jurema. Alhandra sempre despertou a atenção de muitos, atraídos pelos famosos mestres da jurema, não apenas estudiosos nem pessoas interessadas em fazer reportagens, mas principalmente o lugar era procurado por aqueles que queriam recorrer aos ‘mestres’ na busca de ter atendidos os seus desejos.

Jurema é uma árvore da qual se faz uma bebida que tem um poder alucinógeno. Ela já era utilizada pelos índios, mas foi com o uso dos ‘mestres da jurema’ que ficou famosa. Os ‘mestres da jurema’ eram muito perseguidos por policiais, só podendo exercer suas crenças às escondidas, afastados da cidade. Conta-se que quando morriam não tinham o direito de serem enterrados no cemitério local, sendo sepultados em lugares afastados, onde se plantava um pé de jurema para marcar o



lugar do sepultamento. Nesses mesmos locais eram também sepultados todos aqueles seguidores do mestre da jurema. Surgiam assim as chamadas “cidades da jurema”, entre elas: a Cidade de Manoel Cadete, a Cidade de Rosalina, a Cidade de Maria do Acais, a Cidade do Mestre Aduato, Cidade do Rei Heron, Cidade dos Encantos (Tambaba) e Cidade de Águas Claras. As cidades da jurema funcionavam para os juremeiros como um lugar sagrado, onde repousavam os espíritos ou os encantados, que eram os espíritos dos gentios e dos mestres da jurema. A ‘cidade da jurema’ mais conhecida em Alhandra é a do Acais, que é um pequeno povoado às margens da estrada que leva ao município de Alhandra. Na “cidade jurema do acais” teria se destacado a mestre da jurema Maria do Acais.

Maria do Acais [...] construiu sua casa no lugar onde hoje está o coreto. Tempos depois, construiu uma nova, hoje quase totalmente destruída, em cuja fachada ostenta o nome Vila Maria Guimarães. Na parte mais alta da fazenda, ergueu a capela de São João Batista, que permanece intacta, graças a sua utilização pela comunidade em casamentos, batizados e missas. A importância da capela de São João Batista na história do Acais nos mostra a forte ligação da tradição da Jurema com o catolicismo, o que é evidenciado, do mesmo modo, pela utilização de cânticos católicos na abertura de sessões e pela presença de rosários, terços, crucifixos e imagens de santos católicos, que se misturam aos cachimbos, maracás e demais objetos litúrgicos do culto. (SALLES, 2008, p. 10)

A fama dos poderes sobrenaturais e mágicos desse lugar mereceu uma reportagem no jornal *A União*, de 20 de julho de 1997, que estampava a seguinte manchete: “Ciências ocultas em Alhandra: Pacto de silêncio protege a Cidade Sagrada da Jurema”, de autoria de Machado Bitencourt. Tal reportagem ressaltava que a família Guimarães, residente no dito povoado, é descendente da ‘Mestre de jurema’ Maria do Acais, e guarda os segredos da preparação das bebidas feitas com a jurema.

[...] Essa respeitável senhora exerceu ofícios de videntes e conselheira de milhares de doentes e portadores de doenças exóticas e não sabidas das ciências médicas. Através dos conselhos de “Mãe Maria do Acais”, das suas preces e evocações, a maioria desses adoentados recuperava a saúde física, a tranquilidade e o uso pleno das suas faculdades mentais. Nas práticas de “Mãe Maria do Acais” incluía-se a ingestão de um tipo de vinho fabricado com sementes da “Jurema”, planta que cresce e se multiplicava no sítio dos Guimarães, em Acais. Folha, sementes casca e raízes desse vegetal serviam para o preparo de garrafadas licores, chás, banhos e condimentos desenvolvidos em formulas que Maria do Acais manteve em segredo, até sua morte, no ano de 1937[...] (A União, 20 julho de 1997).

A mesma reportagem nos mostra ainda a origem desses poderes sobrenaturais do Acais. Tudo teria começado com a índia Maria Gonçalves de Barro, que teria recebido do Imperador Dom Pedro II as terras do Acais, onde teria assentado moradia. Maria Índia teria dado início, então, ao uso da jurema para curar os mais variados males. Como não teve filhos, a sua sobrinha, Maria Eugênia Gonçalves Guimarães, recebeu a herança da tia, e logo ficaria famosa como sendo a 'mestre' Maria do Acais. Depois de sua morte, seu filho Flóscolo Gonçalves Guimarães foi o continuador.

Percebemos um forte sincretismo, apesar dos traços de um culto indígena, principalmente pelo uso da Jurema, mas encontramos também sinais da umbanda, do espiritismo e do catolicismo. A influência católica é, portanto, a mais evidente, pois em frente à casa dos Guimarães onde Maria do Acais viveu e fez seus trabalhos espirituais, há uma capelinha dedicada a São João Batista.

No centro de Alhandra encontra-se uma outra cidade jurema, "cidade da mestra Jardecilha" mais conhecida por Zefa de Tiino. Ela se localiza por trás da casa que mora hoje sua filha. Nesta "cidade da jurema" podemos comprovar de forma bem evidente os aspectos, tanto da cultura indígena, com a presença da Jurema e da cultura cristã, como a presença de um cruzeiro, ambos dividem a centralidade do terreiro. E assim foi até a década de 1970, quando o culto da jurema foi acabando em Alhandra. No entanto, durante sua sobrevivência, este culto demonstrou como a jurema e a cruz conviveram juntos nos rituais do catimbó. Muitos dos que freqüentavam as cidades juremas também freqüentavam as missas, e se identificavam como juremeiros e católicos. Mas tinham também aqueles que na cidade diziam não acreditar na jurema, e rejeitavam tal prática, mesmo respeitando-a e temendo-a, através das figuras dos famosos mestres da jurema.

A jurema em Alhandra era algo sagrado, assim como a cruz para os cristãos, ela possuía algo de supremo para os juremeiros. Contam os mais velhos que ninguém podia arrancar as folhas da jurema sem pedir licença aos espíritos ou encantados, ou ainda derrubar um pé de jurema, pois caía no signo do proibido. Dizia-se que aquele que derrubasse uma jurema o mal pousaria sobre ele, como um castigo. Dessa forma, mesmo aqueles que não acreditavam e nem freqüentavam os rituais de catimbó, mantinham uma grande consideração, o que revela que boa parcela da população freqüentava e fazia uso dos conselhos e se valia não dos médicos quando doentes, mas sim dos mestres da jurema. Em Alhandra, a resistência indígena deu-se, então,

sob a permanência dos rituais religiosos, que mesmo com a catequização e todas as tentativas do catolicismo, não conseguiram destruir essa prática que durou séculos. Mesmo fazendo negociações e re-elaborações, e absorvendo aspectos do catolicismo, estes rituais resistiram e perduraram, demonstrando como a cultura indígena não desaparecera nos marcos temporais do período colonial brasileiro, mas ao contrário, adaptou-se durante todo o Império, chegando até o período republicano.

A vitória dos tidos como fracos, os índios, deu-se, portanto, sobre aqueles que detinham o poder, os colonizadores. Como afirma Certeau (2004), são “mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizando a atividade sutil, tenaz, resistente...”. O homem comum acabou por estabelecer seu espaço, modificando pelos seus usos o espaço que a ele não pertencia, os moradores de Alhandra através dos mestres da jurema, transformaram o espaço cristão em um espaço diferente daquele proposto e imposto a eles.

A resistência indígena à catequização católica no litoral sul da Paraíba, foi portanto de forma sutil. Sem rejeitar a fé cristã, mas fazendo um uso do catolicismo diferente do que era proposto pelos padres, criando uma metamorfose e misturando em um mesmo espaço símbolos das duas culturas, a cruz e a jurema, que passaram a fazer parte de um mesmo ritual. Assim, entre a cruz e a jurema, os índios de Alhandra mostraram sua força, fazendo com que nem mesmo a força das armas matassem esse traço de sua cultura, de sua fé, e assim, protegidos pelos que creram no catimbó e na jurema deu-se a vitória e a resistência dos nativos nessas terras da Paraíba.